



DEUS ACIMA DE TUDO

TOCANTINÓPOLIS

Eterna Boa Vista

PREFEITURA DE

ADM.: 2025-1 2025

Fl. nº _____

Serv.: _____

DESPACHO DA EQUIPE DE CONTRATAÇÃO

SOLICITA PARECER JURÍDICO E MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0186/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2026

SETOR SOLICITANTE: Setor de Licitações

SETOR REQUISITADO: Assessoria Jurídica e Unidade de Controle Interno

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia elétrica por meio de tecnologia solar fotovoltaica, conectados à rede elétrica (sistema on-grid), compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, estruturas, inversores, módulos fotovoltaicos, componentes elétricos, instalação, montagem, configuração, testes, comissionamento, elaboração de documentação técnica e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos sistemas nos prédios públicos do Município de Tocantinópolis/TO, **incluindo as demandas e necessidades das unidades vinculadas à Educação e à Saúde.**

1. DO RELATÓRIO DA FASE PREPARATÓRIA

O presente processo encontra-se instruído com os documentos pertinentes à fase preparatória da contratação, em observância ao disposto no **art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021**, contendo, entre outros, os seguintes documentos:

I – Protocolo e autuação do processo administrativo;

II – Documento de Formalização da Demanda – DFD;

III – Pesquisa de preços e respectivo Mapa de Custos;

IV – Estudo Técnico Preliminar – ETP;

V – documentos relativos à autuação e regular instrução processual;

VI – ato de designação/nomeação dos agentes responsáveis pela condução do procedimento;

VII – declarações de disponibilidade orçamentária e financeira, quando exigíveis;

VIII – Termo de Referência – TR;

IX – despachos de autorização da autoridade competente;

X – demais documentos técnicos e administrativos pertinentes à adequada instrução da fase preparatória.

Registra-se que a documentação acostada aos autos tem por finalidade demonstrar a necessidade administrativa, caracterizar o objeto, definir os requisitos da contratação, estimar os quantitativos e valores e estabelecer as condições para a futura contratação, contemplando as demandas dos órgãos e unidades participantes, inclusive **Educação e Saúde**.

2. DA SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO

Nos termos do **art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021**, encaminha-se o presente processo à **Assessoria Jurídica** para realização do controle prévio de legalidade e emissão de parecer jurídico quanto à regularidade da fase preparatória e dos instrumentos que instruem o procedimento licitatório.

Solicita-se, especialmente, a análise dos seguintes documentos:

I – Minuta do Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 017/2026** e respectivos anexos;

II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

III – Minuta do Contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

IV – Termo de Referência e demais documentos integrantes da fase preparatória, naquilo que repercutir sobre a legalidade do procedimento.

A análise deverá abranger, entre outros aspectos pertinentes, a adequação da modalidade licitatória, do Sistema de Registro de Preços, do critério de julgamento, dos requisitos de participação e habilitação, das condições de execução, das obrigações das partes, da fiscalização, das sanções e das demais cláusulas e exigências previstas nos instrumentos convocatórios.

3. DA SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Após a manifestação da **Assessoria Jurídica**, solicita-se o encaminhamento dos autos à **Unidade de Controle Interno**, para análise no âmbito de suas competências institucionais, especialmente quanto à conformidade dos atos praticados na fase preparatória, à observância dos procedimentos de controle e à identificação de eventuais riscos que possam comprometer a regularidade da contratação.

A manifestação deverá observar, quando aplicável, o princípio da **segregação de funções**, bem como os mecanismos de controle preventivo e as boas práticas de governança das contratações públicas.

4. DAS DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES

Caso a **Assessoria Jurídica** ou a **Unidade de Controle Interno** apresente recomendações, ressalvas, apontamentos ou identifique a necessidade de diligências ou adequações, o processo deverá retornar a esta **Equipe de Contratação** para análise e adoção das providências cabíveis.



DEUS ACIMA DE TUDO

PREFEITURA DE
TOCANTINÓPOLIS

Eterna Boa Vista

ADM.: 2025 / 2028

Fl. nº _____

Serv.: _____

Quando necessário, deverão ser promovidos o saneamento das inconsistências apontadas, a adequação dos documentos ou a apresentação de justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada.

As providências eventualmente recomendadas deverão ser concluídas **antes da publicação do edital e do aviso de licitação**, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DO ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, **ENCAMINHE-SE** o presente processo, inicialmente, à **Assessoria Jurídica**, para análise e emissão do competente parecer jurídico, nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Após a manifestação jurídica e o cumprimento de eventuais recomendações, encaminhem-se os autos à **Unidade de Controle Interno**, para análise e manifestação no âmbito de suas competências.

Concluídas as manifestações e eventuais diligências, retornem os autos à **Equipe de Contratação**, para prosseguimento do procedimento licitatório.

Tocantinópolis – TO, 25 de setembro de 2026.

WELIGHTON JESUS CAETANO DA SILVA
Pregoeiro

LINDOMAR ALVES QUEIROZ JÚNIOR
Equipe de Apoio

ELDER DE OLIVEIRA SANTOS
Equipe de Apoio